

Um ano após a lei marcial, Coreia do Sul vê a polarização crescer

Sul-coreanos estão aprendendo na prática sobre a chamada “resiliência democrática”

Por Victoria Damasceno
(Folhapress)

Um ano após a declaração de lei marcial na Coreia do Sul, o país se vê diante do aumento da polarização política e de movimentos que pedem ruptura democrática, enquanto traz lições de resiliência popular e institucional.

Em 3 de dezembro de 2024, em um anúncio televisionado no fim daquela noite, o então presidente Yoon Suk Yeol decretou a lei marcial, uma medida excepcional que restringe atividades políticas e liberdades civis. A decisão levou o Exército para as ruas e incitou protestos contrários à medida.

Em poucas horas, porém, o decreto foi derrubado por uma votação unânime na Assembleia Nacional, e o movimento ficou conhecido como um arrobo autoritário de um governo que, sem apoio parlamentar, quis manter-se no poder com medidas consideradas antidemocráticas.

Hoje, após a declaração e a queda da lei marcial, assim como a prisão do ex-presidente Yoon, a Coreia do Sul também é palco de manifestações que pedem a liberdade do político, a saída do presidente em exercício, Lee Jae-myung, e o fim da suposta influência comunista no país, em uma trama que começa a se alinhar àquelas vistas em democracias em crise.

Na manhã de quarta (3) na Coreia do Sul, Lee disse em pronunciamento televisionado acreditar que a população sul-coreana merece o Nobel da paz por superar a ameaça à democracia. “Mas o trabalho de faxina depois da lei marcial não terminou: devemos punir os culpados”, afirmou o presidente. “Não podemos permitir que gerações fu-



Manifestações pedem a saída do presidente Lee Jae-myung e a liberdade de Yoon Suk Yeol

turas atravessem crise semelhante.”

Em cerca de uma semana na Coreia do Sul, a reportagem presenciou protestos na capital do país, Seul, na cidade litorânea de Busan e em Gyeongju, onde também ocorria a cúpula da Apec (Cooperação Econômica Ásia-Pacífico, em português). Na manifestação ocorrida às margens das reuniões, que contou com a participação do presidente americano, Donald Trump, os participantes pediam a libertação de Yoon, a prisão de Lee e a ajuda dos Estados Unidos para acabar com a suposta influência comunista.

A estudante de enfermagem Jina Pyo, 30, fazia parte do grupo que tomou as ruas de Gyeongju, pequeno município no sudeste do país, enquanto os principais líderes da região se reuniam em uma série de eventos e negociações.

A jovem segurava um megafone que se somava a um coro de reivindicações. “Eu não aceito o presidente Lee. Eu acho que ele é um comunista

e nem quero chamá-lo de presidente. É um presidente falso”, disse.

Questionada se o protesto também buscava chamar a atenção de Trump, Jina respondeu que sim. Ela afirmou ainda que existem “muitas provas” de que as eleições que alçaram Lee ao poder tiveram interferência da China.

A Comissão Nacional Eleitoral do país, responsável pela eleição, porém, afirmou repetidas vezes que seu sistema não pode ser acessado do exterior.

Segundo Seungwoo Han, professor do departamento de ciência política e relações internacionais da Universidade Kyonggi, até mesmo autoridades nomeadas durante um governo conservador afirmaram que uma fraude era impossível dentro do atual sistema.

“Apesar desses fatos, a desinformação frequentemente persiste em ambientes altamente polarizados. Mas é importante enfatizar que tais crenças são restritas a um segmento

muito pequeno da sociedade, não aos eleitores conservadores tradicionais nem ao eleitorado em geral”, disse.

As manifestações, que ganharam força após o decreto de lei marcial, começaram anos antes, em 2017, quando a ex-presidente Park Geun-hye sofreu impeachment após um escândalo de corrupção. Na época, milhares de apoiadores da política foram às ruas contestar o impedimento. Os protestos, que foram violentos, causaram mortes.

Naquele momento, já era comum ver as bandeiras dos EUA e da Coreia do Sul hasteadas juntas nas manifestações, de acordo com Seungwoo.

“Esse episódio catalisou um segmento da direita em um grupo mais organizado e altamente mobilizado, que passou a ser conhecido informalmente como os protestos ‘Tae-gukgi’ [bandeira nacional, em português]. Eles ocupam uma posição muito à direita do bloco conservador tradicional e, frequentemente,

adotam narrativas mais conspiratórias ou antiesquerda”, explicou.

Acadêmicos sul-coreanos ainda batem cabeça para entender se a democracia do país sai, de fato, mais forte. Um exemplo é o incidente que ocorreu em janeiro deste ano, quando manifestantes atacaram o prédio do Tribunal Distrital Ocidental de Seul após uma medida que estendeu a prisão de Yoon por risco de destruição de evidências.

Segundo o jornal local Korea Times, participantes escalaram os muros do tribunal, quebraram janelas, arrombaram portas e lançaram extintores de incêndio, causando grande dano ao prédio público.

Ao mesmo tempo, há consenso de que o evento mostrou a resiliência democrática de instituições e da população. A derrubada da medida e o impedimento do presidente seguiram o rito constitucional e avançaram rapidamente, enquanto manifestantes foram às ruas enfrentar o Exército ao se colocar na frente de tanques e barrar a entrada de soldados na Assembleia Nacional.

Joh quer ver a medida como algo isolado, mas tendências de instabilidade do sistema presidencial do país causam dúvidas.

“Eu certamente espero que a democracia coreana saia mais forte desta crise. Mas não se pode ter tanta certeza. Nós testemunhamos a determinação dos cidadãos em proteger e manter a democracia. Mas também percebemos que há tendências muito preocupantes de polarização e de mobilização em massa dos dois lados.”

O presidente Lee deu sua própria opinião sobre o tema no pronunciamento desta terça. “O ano que passou prova a resiliência da democracia do nosso país”, afirmou. “O dia 3 de dezembro será um feriado nacional.”

Novo paciente tem remissão sustentada do HIV, aponta a revista científica “Nature”

Um paciente de 60 anos está em remissão sustentada do HIV, sendo a sétima pessoa a alcançar esse estágio, aponta prévia de artigo científico aceito para publicação na revista Nature na segunda-feira (1º).

Conforme a versão inicial do documento, revisado por pares, o homem, de Berlim, foi diagnosticado com HIV-1 subtipo B em dezembro de 2009. Ele permaneceu sem sintomas por cinco anos. Em abril de 2015, a sua condição se deteriorou e ele recebeu o diagnóstico de leucemia mieloide aguda.

A terapia antirretroviral (ART),

que diminui a carga viral no corpo até que o HIV não seja transmitido em relações sexuais, foi iniciada no paciente em paralelo ao tratamento da leucemia. Em outubro de 2015, para o tratamento da leucemia, o homem recebeu um transplante de células-tronco alogênicas, e teve remissão do câncer.

O paciente teve a terapia antirretroviral descontinuada em 2018, o que significa que a remissão já é sustentada por seis anos. Para os pesquisadores, o caso demonstra uma potencial cura do HIV.

A cura é excepcionalmente rara,

aponta o artigo, documentada em apenas seis casos entre os estimados 88 milhões de indivíduos que adquiriram HIV desde o início da epidemia. Até agora, as curas bem-sucedidas estão limitadas a indivíduos que receberam transplantes alogênicos de células-tronco para cânceres hematológicos.

Este caso é crucial, conforme o artigo, porque desafia o entendimento de longa data sobre o que é necessário para alcançar a cura ou remissão sustentada do HIV.

Por muito tempo, o mecanismo principal para a cura sem terapia an-

titrosviral era a resistência ao vírus mediada pela mutação CCR5?32 homozigótica, variante genética rara que confere resistência natural à infecção pelo vírus HIV.

Estes resultados demonstraram que a resistência ao HIV mediada por CCR5?32 não é essencial para uma remissão duradoura, ressaltando a importância de reduções efetivas do reservatório viral nas estratégias de cura do HIV. A análise após o transplante não detectou vírus competente para replicação no sangue ou nos tecidos intestinais do paciente.

Neste caso, os autores sugerem

que a chave para a remissão foi o tratamento agressivo da leucemia e os mecanismos imunológicos induzidos pelo transplante.

A última pessoa a demonstrar sinais de remissão foi um homem conhecido como paciente de Genebra, em 2023, depois de receber um transplante de medula óssea.

Todos os pacientes até então tem essa situação muito particular em comum: sofreram de câncer de sangue e se beneficiaram de um transplante de células-tronco que renovaram profundamente seu sistema imunológico.